

COMISSÃO DO ESPORTE

Mala Direta
Básica

9912293447/2017-DR/BSB
CAMARA DOS
DEPUTADOS

Correios

INFORMATIVO DA COMISSÃO DO ESPORTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS • ANO 3 • NÚMERO 2 • 21 DE JUNHO/2017

CESPO realiza primeira audiência pública interativa por webconferência do Parque Olímpico

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, sob o comando do deputado federal Ezequiel Teixeira (PODE/RJ), realizou a primeira audiência pública interativa com imagens ao vivo do Parque Olímpico da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, com o presidente da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), Paulo Márcio Mello.

O presidente da Comissão, Ezequiel Teixeira, destacou a ação inovadora. “Hoje, com o uso da tecnologia, um passo importante foi dado no trabalho do colegiado com a realização desta audiência. Recentemente, estivemos em visita técnica no Parque da Barra e hoje mostramos para toda a população as condições em que se encontram as estruturas. O legado ainda não está sendo 100% aproveitado, mas também não está largado como noticiam. Estamos trabalhando para que logo a população possa usufruir e que seja um excelente incentivo ao esporte em nosso país”, disse.

Na ocasião, o presidente da AGLO, Paulo Márcio Mello, defendeu o legado. De acordo com ele, as estruturas não estão abandonadas e estão sendo devidamente utilizadas. “No Velódromo, já realizamos o Rio Bike Fest e o Campeonato Carioca de Ciclismo de Pista.



Wagner Ulisses

Os atletas de alto rendimento já estão fazendo uso da pista para treinamentos, além de competições. O UFC também foi realizado no Parque”, lembrou.

Já a deputada e presidente da Comissão de Participação Legislativa, Flávia Morais (PDT/GO), parabenizou a iniciativa pela facilitação da participação de cidadãos e na prestação de contas do trabalho realizado, para que o legado olímpico seja referência mundial.

O deputado Marco Antônio Cabral (PMDB/RJ) deu destaque ao trabalho do Ministério do Esporte e AGLO e à iniciativa do projeto do Ginásio Experimental Olímpico (GEO) pela Prefeitura do Rio de Janeiro. O parlamentar ainda acrescentou que apresentou requerimento para que a CESPO faça

visita técnica também ao Parque Radial de Deodoro, no intuito de agregar as comunidades que estão no entorno.

O deputado João Derly (REDE/RS) criticou a ausência do Comitê Olímpico Organizador (COB) na audiência pública e cobrou o devido aproveitamento dos grandes eventos realizados no Brasil.

Ao longo da reunião, Fábio Miti-dieri (PSD/SE) questionou os elevados custos com a administração do Parque pela AGLO. E, por isso, cobrou uma solução rápida por parte dos responsáveis, para que o erro no planejamento das construções das obras olímpicas não se repita nos projetos pós Jogos Olímpicos e não signifique mais desperdício de recurso público.



facebook.com/comissaoesportecd

Ping-Pong

O presidente da CESPO, Ezequiel Teixeira, promoveu debate sobre o PL 4910/16 que pretende regulamentar a propaganda de bebidas açucaradas e proibir patrocínio do setor a modalidades esportivas no Brasil.

Presidente, qual foi o intuito em promover o debate?

Diante da complexidade da matéria que chegou a nossa Comissão, tomamos o cuidado em convidar a sociedade, especialistas e interessados no tema para debater, de forma democrática, o que pode ser mais benéfico para a população. Nosso papel é desenvolver políticas públicas responsáveis e contribuir no combate a obesidade do brasileiro na busca pela conscientização para evitar danos à saúde e incentivando a prática esportiva.

Mas, diante da propaganda, como desassociar bebidas com excesso de açúcar do hábito saudável pelo o esporte?

Essa polarização é difícil. Temos de encontrar mecanismos que incentive o brasileiro a ter hábitos mais saudáveis, uma vez que não há correlação direta entre as doenças e a ingestão das bebidas com alto teor de açúcar. Mas por outro lado, é problemático proibir o patrocínio ao esporte brasileiro por indústrias de bebidas açucaradas. Não podemos negar que o setor faz investimentos de mi-

Wagner Ulisses



lhões por anos em eventos esportivos no Brasil e sustenta também projetos de incentivo à prática esportiva. Por isso a importância de debater exaustivamente o projeto de lei nesta Casa para que não haja prejuízos à população e nem ao esporte brasileiro.

Comissão do Esporte faz visita ao Parque Olímpico da Barra para avaliar legado

Comitiva da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados realizou visita técnica ao Parque Olímpico da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro (RJ). Na ocasião, os parlamentares foram recebidos pelo presidente da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), Paulo Márcio Dias Mello, e pelo ministro do Esporte, Leonardo Picciani.

Os deputados federais Ezequiel Teixeira (PODE/RJ), presidente do colegiado, Fábio Mitidieri (PSD/SE) e Marco Antônio Cabral (PMDB/RJ) conheceram as instalações da autarquia, o funcionamento e o planejamento para o legado olímpico, assim como o Velódromo, as Arenas Cariocas 1 e 2 e o Centro Olímpico de Tênis, que estão sob a gestão da União.

Wagner Ulisses



Para Ezequiel Teixeira, é importante dar celeridade no reaproveitamento das estruturas do Parque Olímpico. “Temos um espaço formidável e ainda subutilizado. Foram investidos bilhões em recursos da União e não vamos permitir o abandono. Notei o empenho dos gestores, mas vamos acompanhar bem de perto todo o desdobramento até que o Parque esteja totalmente aberto ao público e também disponível aos atletas e paratletas de alto rendimento. Afinal, temos que oferecer su-

porte de treinamento para que brilhem nas Olimpíadas em 2020” disse.

Já o deputado Fábio Mitidieri avaliou positivamente a conservação do espaço administrado pelo governo federal. “Fiquei surpreso com as arenas que estão em ótimo estado de conservação e com diversos eventos já programados para este ano. Claro, sentimos falta da participação popular. Muito pode e precisa ser feito, mas o que encontramos foi muito animador”, afirmou.

Marco Antônio destacou a utilização do espaço para eventos. “Temos que lutar para que cada vez mais a população visite a cidade olímpica. E para que isso aconteça, devemos trazer mais eventos e proporcionar mais atrativos para que as famílias venham passear neste grande legado”, acrescentou.

MEMBROS DA COMISSÃO DO ESPORTE TITULARES: Afonso Hamm PP/RS • Alexandre Baldy PODE/GO • Carlos Henrique Gaguim PODE/TO • Cícero Almeida PMDB/AL • Deley PTB/RJ • Ezequiel Teixeira PODE/RJ • Hélio Leite DEM/PA • Marco Antônio Cabral PMDB/RJ • Renata Abreu PODE/SP • Renato Andrade PP/MG • Alexandre Valle PR/RJ • Andres Sanchez PT/SP • Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS • Evandro Roman PSD/PR • Fábio Mitidieri PSD/SE • Robinson Almeida PT/BA • Arnaldo Jordy PPS/PA • Rogério Marinho PSDB/RN • André Figueiredo PDT/CE • Roberto Góes PDT/AP • **SUPLENTES:** Benjamin Maranhão SD/PB • Cabuçu Borges PMDB/AP • César Halum PRB/TO • João Arruda PMDB/PR • Márcio Marinho PRB/BA • Marcus Vicente PP/ES • Mário Negromonte Jr. PP/BA • Pedro Chaves PMDB/GO • Professora Dorinha Seabra Rezende DEM/TO • Adelson Barreto PR/SE • Benedita da Silva PT/RJ • Goulart PSD/SP • José Rocha PR/BA • Leo de Brito PT/AC • Vicente Candido PT/SP • Paulo Abi-ackel PSDB/MG • Silvio Torres PSDB/SP • Valadares Filho PSB/SE • Carlos Eduardo Cadoca PDT/PE • Flávia Morais PDT/GO • João Derly REDE/RS

Clubes de futebol cobram atualização de cadastro da Timemania

A distribuição da arrecadação da loteria voltada para clubes de futebol está definida no decreto nº 6.187/07, que regulamentou a Lei da Timemania (11.345/06). Desde então, os critérios não foram alterados.

Do total da premiação da loteria, 22% são repassados para os clubes. Esse percentual é destinado a 98 times divididos em quatro grupos, de acordo com o posicionamento nas séries do futebol nacional em 2007. O diretor jurídico da Chapecoense (SC), Luis Sérgio Grochot, defendeu a necessidade de se atualizar o cadastro. “Temos, sim, interesse em participar da Timemania, porque nos interessa a arrecadação que poderia ser de até R\$ 70 mil. Muito ajudaria o clube”, disse.

Segundo o presidente do Conselho Administrativo da Associação Despor-

tiva Confiança (SE), Glennyson Cruz, a atualização na Timemania faz com que o futebol seja respeitado. “Precisamos fazer justiça e respeitar a meritocracia nos esportes”, solicitou. O Confiança disputa hoje a Série C e não está entre os beneficiários da loteria.

CAIXA – Por sua vez, o gerente nacional de produtos lotéricos da Caixa Econômica Federal, Edilson Carrogi, defendeu a preservação do percentual do prêmio destinado aos apostadores (atualmente 32% do total, já descontados impostos) para manter a motivação em apostar. Carrogi destacou que todos os clubes participantes ganham se houver aquecimento da venda da loteria.

PROATIVIDADE – O deputado Fábio Mitidieri (PSD/SE), que propôs a reunião,

Alex Ferreira/Câmara dos Deputados



cobrou proatividade dos órgãos do Executivo para se fazer justiça aos clubes não contemplados. “Seria mais coerente que as forças envolvidas pudessem corrigir o erro e emitir o novo decreto de maneira mais simples. O que temos hoje é ‘não é comigo, passe para o outro’”, criticou.

Reportagem: Tiago Miranda
Edição: Marcelo Oliveira
Agência Câmara de Notícias

Comissão do Esporte discute decisão proferida pela STJD no Campeonato Paranaense de 2017

A decisão de reescalonar os times classificados para a segunda fase do Campeonato Paranaense reorganizando-os através da mera substituição do time punido J. Mallucelli, pelo time Rio Branco-PR com o argumento de que esta seria a solução menos onerosa para os clubes participantes, gerou revolta entre os clubes, torcedores e a Federação.

A iniciativa do deputado Evandro Roman PSD/PR aconteceu por entender que a decisão proferida pelo STJD foi arbitrária. “O que nos motivou a apresentar esse requerimento foi a tentativa de compreender qual foi o critério utilizado pelo STJD e a quem interessou essa decisão arbitral. Por que o que aconteceu com o campeonato paranaense, inédito na história do futebol brasileiro, abre um grande precedente para futuras decisões em outros campeonatos do país”, destacou o ex-árbitro Fifa.

O deputado Goulart (PSD/SP), conselheiro do Corinthians, disse ter ficado estarrecido com a situação que chamou de papagaiada. “Quando soube do fato pelo deputado Evandro Roman, fiquei indignado por que é inaceitável. É a pai-

Assessoria PSD



xão do brasileiro e com isso não se brinca”, explicou.

Ao final da sessão, Roman garantiu a continuidade dos esforços para impedir que essa situação não se repita.

Também participaram da audiência pública Amauri Escudero Martins, Vice-presidente da Federação Paranaense de Futebol; Thiago Campos, Presidente do Rio Branco Sport Club; Valdinei Silva, Presidente do Futebol Clube Cascavel; Gilson João Goulart Júnior, Procurador-Geral da Procuradoria de Justiça Desportiva do TJD-PR; Jorge Massayuki Tasaki, advogado do Futebol Clube Cascavel, deputados e advogados da sociedade civil e acadêmica.

Texto: Ascom/Dep. Evandro Roman

MMA é comparado ao futebol no gosto do público brasileiro e mundial

“O MMA nasceu no Brasil e depois se propagou mundialmente”, afirmou o deputado Fábio Mitidieri (PSD/SE), ao presidir a Audiência Pública da Subcomissão Especial de Artes Marciais Mistas que debateu os desafios das mulheres na prática das artes marciais no Brasil. Segundo acentuou, a Subcomissão quer conhecer a realidade do MMA feminino no Brasil, as condições de segurança dos eventos e de funcionamento das escolinhas nas periferias. “Queremos criar um regulamento para os eventos e garantir o conforto e a segurança das atletas e do público”, disse o deputado.

Participaram do debate os deputados Sabino Castelo Branco (PTB/AM) e Herculano Passos (PSD/SP), o presidente do Jungle Fight Championship, Wallid Farid Ismail; o presidente da Comissão Atlética Brasileira de MMA, Rafael Thomaz Favetti; a atleta Jennifer Maia e, através de vídeo encaminhado à Comissão, as lutas Bethe Correa e Kalindra Faria.

Texto: Luiz Paulo Pieri

Medalha de Ouro

Carlos Henrique Gaguim

No Brasil temos três problemas para enfrentar. O primeiro é a tentativa de acabar com a oferta de drogas, ou seja, combater os fornecedores, os narcotraficantes. O segundo problema a ser resolvido é a redução da demanda. Precisamos convencer o sujeito a não usar drogas. Além de ameaçar prendê-lo, processá-lo e condená-lo, ou seja, reprimi-lo, podemos educá-lo, mostrar os riscos que determinada substância traz à saúde e colocá-lo em contato com pessoas que já foram dependentes.

Por fim, temos o problema do tratamento. Chegar à eliminação das drogas não pelo ataque à oferta ou ao consumo, mas tratando aqueles que já estão dependentes da droga como vítimas que precisam de ajuda médica em vez de pessoas que merecem repressão policial.

Nesse contexto que o esporte é importante. A droga entra no país apesar das tentativas de não permitir. Então o que fazer? É preciso incentivar o jovem a praticar esportes, já que todos sabem que esporte e drogas não combi-

nam. Além disso, o tratamento é muito mais eficaz quando feito simultaneamente com práticas desportivas. Desse modo percebemos que dos três problemas citados, dois podem ser solucionados com o incentivo e a prática de esportes.

Nessa busca, quando fui governador do Tocantins, conseguimos alcançar, com o projeto de iniciação esportiva nas escolas, mais de 100 municípios dos 139 existentes no estado. Esse é o caminho para nos livrar das drogas: conscientização e prática de esportes.

Texto: Ascom/Dep. Carlos Henrique Gaguim



Wagner Ulisses

Arena

Instalada a Subcomissão Permanente do Futebol Brasileiro

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados (CESPO) instalou os trabalhos da Subcomissão Permanente do Futebol para debater diversos temas relacionados ao esporte nacional. Foram eleitos para a presidência e vice-presidência os deputados Mário Negromonte Jr. (PP/BA) e César Halum (PRB/TO), respectivamente. A Subcomissão é composta por 11 titulares com igual número de suplentes. Foi unânime entre os membros do colegiado o especial cuidado com o futebol que é considerado uma característica do brasileiro. Por ser uma paixão nacional consegue exercer forte influência no esporte e na inclusão social dos brasileiros.

Comissão inclui presídios entre destinatários de recursos voltados à inclusão pelo esporte

A Comissão do Esporte aprovou a destinação prioritária a presídios e a casas de custódia de verbas destinadas a projetos de promoção da inclusão social por meio do esporte. A proposta altera a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11438/06), que hoje já prioriza as comunidades socialmente vulneráveis e recebeu parecer pela aprovação do relator, deputado Alexandre Baldy (PODE/GO). “Não há dúvida do potencial do esporte para a assistência social e à saúde, tampouco de suas possibilidades pedagógicas e educacionais. Além disso, a intenção original da lei não é perdida, pois os presídios e as casas de custódia têm características próximas das já preferenciais comunidades de vulnerabilidade social, sendo também fundamental que ali se apoiem projetos desportivos destinados a promover a inclusão social”, observou Baldy.

Reportagem: Noéli Nobre
Edição: Rachel Librelon
Agência Câmara de Notícias

Wagner Ulisses

